

ENCARGOS CONDOMINIAIS
(PREFERENCIALMENTE EM PAPEL TIMBRADO DO CONDOMÍNIO/ADMINISTRADORA)

Ao
Tabelionato de Protesto de Letras e Títulos de _____
Ref.: Protesto de Encargos Condominiais

O Condomínio: _____ CNPJ nº: _____
_____ situado na Rua/Av. _____
nº _____ Bairro _____
Cidade de _____ - SP, neste ato representado:
() pelo(a) síndico(a) _____, RG nº _____
_____, CPF nº _____, com endereço na Rua _____
_____, nº _____, cidade _____, Cep: _____;

ou
() pela Administradora _____, inscrita no CNPJ
sob nº _____, com endereço na Rua _____
_____, nº _____, cidade _____, Cep: _____;

Nos termos da Lei Estadual nº 13.160 de 21 de julho de 2008, vem, na qualidade de credor, solicitar o protesto dos encargos condominiais adiante especificados:

Documento de dívida: ENCARGO CONDOMINIAL

Número da quota (mês e ano de referência): ____/____ Unidade nº : _____
Data de emissão.....: _____ Data de vencimento: _____
Praça de pagamento: _____ Valor a protesto: R\$ _____

Dados do Condômino-Devedor

Nome.....: _____
CPF / CNPJ: _____
Endereço.....: _____
Cidade.....: _____ Estado: ____ CEP: _____ Fone: _____

Demonstrativo do valor indicado a protesto

Valor original da quota do mês ____/ano ____ R\$ _____
Multa moratória (limitada a 2%) R\$ _____
Juros moratórios (até 1% ao mês) R\$ _____
Correção monetária R\$ _____
Outros encargos previstos na convenção ou em assembléia (especificar)... R\$ _____
(incluir somente aqueles aprovados na Convenção do Condomínio ou em Assembléia, especificando quais são esses encargos).
Valor total a protestar R\$ _____

DECLARAÇÃO

Declaramos, sob as penas da Lei, que: **a)** o condomínio edilício está regularmente constituído, nos termos da Lei Federal nº 4.591/64 e art. 1.332 do Código Civil; **b)** os dados acima informados são a expressão da verdade; **c)** o valor da quota de rateio das despesas condominiais foram aprovadas em Assembléia Geral; **d)** estamos de posse da ata da Assembléia Geral que aprovou o valor da quota de rateio e também da ata da Assembléia que elegeu o(a) síndico(a) ou da ata da Assembléia Geral que autorizou a transferência dos poderes de representação ou as funções administrativas para a Administradora (art. 1.348, § 2º, do Código Civil), e obrigamo-nos a apresentá-las onde e quando exigidos, especialmente se sobrevier a sustação judicial do protesto; **e)** a pessoa acima indicada como condômino-devedor é realmente a responsável pelas obrigações condominiais inadimplidas, sendo certo que, na hipótese de a unidade condominial estar alugada ou dada em comodato a outrem, o proprietário ou possuidor foi cientificado de que o débito seria encaminhado a protesto.

_____, ____ de _____ de _____.

**nome e assinatura do síndico ou
representante legal da administradora**